



Reutilização da água é aprovada em comissão

Projeto de Marcelo Crivella visa ao uso consciente da água e segue agora para exame da Câmara. **5**



Márcia Kálume/Senado Federal

Regularização de atividades agropecuárias em área de preservação permanente e possibilidade de anistia para desmatadores foram preocupações levantadas na audiência

Estímulo para que domésticas estudem

Comissão de Educação aprovou proposta de Cristovam Buarque de duplicar desconto do IR patronal. **3**

Novo Código Florestal fere Constituição, diz MP

Promotora do Ministério Público de São Paulo e subprocurador-geral da República afirmam em audiência no Senado que projeto em tramitação na Casa atinge o direito fundamental a um meio ambiente equilibrado, previsto na Constituição federal **5**



José Cruz/Senado Federal

Ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, e o vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Lobão Filho (D)

Mercadante anuncia para dezembro entrega de *tablets* da Apple fabricados no Brasil

A fábrica da Foxconn em Jundiaí (SP) entregará os primeiros *tablets* iPad produzidos no Brasil até dezembro. O anúncio foi feito pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, em audiência na CAE. **7**

Aprovada verba extra para programas na área social **8**

Miriam Belchior fala hoje de crise e Orçamento **8**

Dnit: Exército fará obras nas fronteiras da Amazônia **4**

Requião é o presidente da Representação no Parlasul **4**

CAS lança hoje revista *Em discussão!*, sobre *crack* **6**

Waldemir Barreto/Senado Federal



Plenário sedia celebração dos 68 anos do Amapá

Autoridades do estado e familiares de pioneiros participaram da homenagem. Senadores apontaram vocação preservacionista. **2**

Dançarinos e instrumentistas mostraram um pouco da arte local



Jane Araújo/Senado Federal

José Sarney reafirma prazo final após encontro com Paulo Ziulkoski

Veto à divisão de *royalties* deve ser votado em 5 de outubro **7**

Em sessão especial realizada ontem, senadores e o governador Capiberibe ressaltaram que o Amapá é o estado mais preservado do Brasil, com 97% da cobertura vegetal intacta

Homenagem aos 68 anos do AP destaca preservação ambiental

O SENADO COMEMOROU ontem os 68 anos de fundação do Amapá, desde a sua separação do Pará. A região foi descoberta pelo espanhol Vicente Pinzón, que chegou à foz do rio Oiapoque em 1500, e disputada por franceses, ingleses e holandeses.

O autor do requerimento de homenagem foi Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Ele detalhou a história da região até a determinação das fronteiras pelo Barão de Rio Branco, no século 19.

Randolfe lembrou que a infraestrutura estatal se estabeleceu definitivamente com o decreto-lei de Getúlio Vargas que criou o território, transformado em estado em 1988.

Segundo Geovani Borges (PMDB-AP), o estado se orgulha de combinar desenvolvimento e meio ambiente, com 97% de sua cobertura vegetal intacta.

Terceiro integrante da bancada amapaense, José Sarney (PMDB) citou os municípios criados por ele quando presidente

da República, em 1987: Santana, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes e Laranjal do Jari.

Autoridades do estado e familiares de pioneiros participaram da homenagem. O governador Camilo Capiberibe afirmou que a decisão de desmembrar o território, há 68 anos, foi muito importante para o desenvolvimento da região. Ele definiu o povo amapaense como "batalhador e capaz de se superar" e disse que o Amapá é o estado mais preservado do Brasil.



Autor do requerimento de homenagem, Randolfe Rodrigues lembra a saga para determinação das fronteiras do estado

Sarney recebe visita do governador Capiberibe

O governador do Amapá, Camilo Capiberibe, apresentou ontem em visita ao presidente do Senado, José Sarney, uma relação com projetos e emendas de interesse do estado. Capiberibe estava acompanhado de deputados estaduais, federais e representantes do Judiciário amapaense.

A comitiva participou da sessão em homenagem ao estado. Sarney, que integra a bancada amapaense no Senado, manifestou apoio às demandas e disse que a melhor forma de homenagear o Amapá é a união das autoridades em torno dos interesses da região.

Exposição celebra festa do Círio de Nazaré

O presidente do Senado, José Sarney, participou, na Câmara dos Deputados, da abertura da exposição *Círio de Nazaré: os mantos de Nossa Senhora – expressão da fé e proteção ao povo*.

Em homenagem à tradicional festa religiosa paraense, celebrada anualmente no segundo domingo de outubro, ficarão expostos até 23 de setembro, no corredor de acesso ao Plenário Ulysses Guimarães, dez mantos de Nossa Senhora de Nazaré do acervo oficial da Arquidiocese de Belém. Para Sarney, esse tipo de manifestação popular é uma marca da identidade brasileira.

Corrupção tira do país R\$ 69 bilhões anuais, diz Couto

O Brasil perde R\$ 69 bilhões por ano devido à corrupção, apontou Mário Couto (PSDB-PA), para quem esses recursos poderiam ser aplicados em áreas como educação, saúde e segurança pública.

Na opinião do senador, a população está começando a demonstrar que não suporta mais atos corruptos, mas as manifestações anticorrupção ainda estão muito tímidas.

– Vamos às ruas, brasileiros! Acorda, Brasil! É agora ou nunca, Brasil! – bradou.



Mário Couto acha que manifestações anticorrupção ainda são tímidas



Senador acredita que auditoria do TCU exige posição do Legislativo

Alvaro Dias questiona missão do Congresso

A auditoria em 721 contratos firmados entre empreiteiras e o poder público feita pelo Tribunal de Contas da União em 2010 revelou a existência de irregularidades em 636 dos processos. Alvaro Dias (PSDB-PR) questionou qual a missão do Congresso frente a esse "cenário de corrupção", com a comprovação da existência de contratos que causaram dano ao erário.

– O Congresso Nacional prefere ser esmagado pela opinião pública nas ruas?

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos realizados por senadores em Plenário após

as 19h25 de ontem serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Manutenção de escolas públicas infantis

14h A pauta está trancada pela medida (PLV 22/11) que autoriza a União a transferir recursos financeiros aos municípios e ao DF para manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil.

CCT Radiodifusão comunitária e educação de base

9h A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática examina o projeto que disciplina o alcance do serviço de radiodifusão comunitária e o que transforma o Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base. Vota ainda autorização de serviços de radiodifusão em diversos estados.

CAS Jornada de trabalho dos psicólogos

9h A Comissão de Assuntos Sociais vota projetos, entre os quais substitutivo à proposta sobre a jornada de trabalho dos psicólogos. Também analisa a recondução de Dirceu Brás Barbano ao cargo de diretor da Anvisa.

CE Intercâmbio cultural e colaboração

10h Em audiência sobre a criação de programa de colaboração e intercâmbio de conteúdos culturais entre países de língua portuguesa, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte ouve, entre outros, representantes da Empresa Brasil de Comunicação, do Instituto Cultural Brasil Plus e do Ministério da Cultura.

CCJ Relatório sobre novo Código Florestal

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina o relatório do senador Luiz Henrique ao projeto que reforma o Código Florestal (PLC 30/11). Também na pauta o projeto que permite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias e o que amplia as atribuições do Conselho Tutelar.

Em discussão! Lançamento de revista sobre crack

10h30 Lançamento da oitava edição da revista *Em discussão!*, do Senado Federal, que nesta edição aborda o tema "Dependência química, crack e outras drogas". A revista apresenta os resultados de audiências públicas realizadas no Senado sobre essa questão.

Presidência Visita do reitor da Zumbi dos Palmares

11h O presidente do Senado, José Sarney, recebe o reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, José Vicente, membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República. Às 16h, preside a ordem do dia.

Copa do Mundo Economia de água

14h A Subcomissão Temporária da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 reúne-se para planejamento dos trabalhos para o biênio 2011-2012.

CMMC Eleição de relator

14h Eleição do relator da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. Às 14h30, audiência com Luiz Alberto Machado, do Ministério das Relações Exteriores, sobre a posição brasileira em relação às negociações globais sobre o clima e sobre a política de mudanças climáticas.

CMO Ministra fala sobre proposta para 2012

14h30 A Comissão Mista de Orçamento realiza audiência pública com a presença da ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, que vai falar sobre a proposta orçamentária para 2012.

CPI do Ecad Promotores de eventos

14h30 A Comissão Parlamentar de Inquérito do Ecad reúne-se para votação de requerimentos, entre eles, um para solicitar a realização de audiência pública com Lúcio Oliveira, presidente da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos (Abrape).

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



O senador vai pedir investigação sobre a condução do inquérito

Magno Malta quer rigor em relação a Durval Barbosa

Magno Malta (PR-ES) anunciou ontem que vai pedir que o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público investiguem a condução do inquérito sobre suposto abuso sexual de duas crianças por parte de Durval Barbosa, ex-secretário de Governo do Distrito Federal, que denunciou o "mensalão do DF" – desmantelado pela Polícia Federal em 2009.

O senador demonstrou receio de a delação premiada de Durval influencie também o andamento do outro inquérito.

Parlamentares do Sul pedem carvão na matriz energética

Senadores e deputados federais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná reúnem-se hoje com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para pedir alteração da portaria do ministério que excluiu o carvão mineral da matriz energética brasileira. Empresários do setor, especialmente do Rio Grande do Sul, querem participar do Leilão de Energia A-5/11, que será realizado em dezembro deste ano. Para isso, precisam se inscrever até o dia 20 deste mês.

Na próxima quarta-feira, o ministro Lobão receberá o presidente da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, senador Paulo Paim (PT-RS), e representantes do setor carbonífero para debater o tema.

Parlamentares, governo, empresários e trabalhadores do setor discutiram o assunto ontem na subcomissão.

Em razão dos acordos inter-

nacionais que o Brasil assinou, informou o representante do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho, o plano energético brasileiro para os próximos dez anos vai priorizar fontes energéticas que sejam, competitivas e ambientalmente sustentáveis. Por isso, explicou, os investimentos maiores serão em hidrelétricas, biomassa e energia eólica. Mas ele reconheceu que o carvão mineral pode complementar o sistema e se comprometeu a levar o assunto ao ministério.

Irani Medeiros, representante do governo do Rio Grande do Sul, disse que a tecnologia atual permite exploração do minério sem causar danos ambientais ou prejudicar a saúde dos trabalhadores. A política de diversificação energética também foi defendida pelo diretor-presidente da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), Sereno Chaise.



Paulo Paim (C) reúne representantes do governo federal e do setor carbonífero

Mulheres esperam mais recursos no Plano Plurianual

A escassez de dispositivos no Plano Plurianual de Investimentos (PPA) que contemplem os temas da igualdade de raça e gênero, da violência contra a mulher e da elevada mortalidade materna foram as principais preocupações manifestadas pelo grupo Articulação de Mulheres Brasileiras, que se reuniu ontem na Subcomissão em Defesa da Mulher.

O grupo, que congrega cerca de 1,2 mil organizações feministas do país, levou à audiência representantes de 24 fóruns estaduais. E apresentou às senadoras Ana Rita (PT-ES) e Lídice da Mata (PSB-BA) uma série de propostas para o PPA 2012-2015 consideradas mais justas para as mulheres.

Guacira César de Oliveira, representante do Distrito Federal no encontro, classificou como vagas as metas governamentais em defesa da mulher e lamentou que as propostas

das entidades feministas não tenham sido incorporadas ao projeto de PPA do Executivo.

Em sua avaliação, faltam projetos de infraestrutura voltados para a mulher, especialmente o cumprimento das promessas de construção de creches. Guacira também pediu empenho no combate à violência contra a mulher.

– Apesar de todo o empenho para aumentar os recursos para o enfrentamento da violência contra as mulheres, isso foi absolutamente insuficiente.

A reunião tratou ainda de questões como a sub-representação feminina no Legislativo, a falta de cumprimento das metas de redução da mortalidade materna e o tratamento dispensado às mulheres que fazem aborto.

Ana Rita recebeu as propostas e defendeu a criação de uma CPI mista para investigar a violência doméstica.



Guacira César, senadora Lídice da Mata e Edna Martins: reforço à igualdade

Projeto de Cristovam prevê dobrar desconto em imposto de patrões que liberarem empregados domésticos para frequentar a escola durante parte do horário de trabalho

Comissão aprova estímulo para que domésticas estudem

PATRÕES QUE ACEITAREM que seus empregados domésticos frequentem a escola durante parte do horário de trabalho poderão ter desconto em dobro no Imposto de Renda da contribuição patronal feita à Previdência Social.

A medida foi aprovada ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), após debates que mudaram partes do projeto (PLS 254/08) de Cristovam Buarque (PDT-DF).

O desconto das contribuições à Previdência começou a vigorar em 1995, mas é válido apenas para um empregado e aplicado sobre o imposto líquido apurado na declaração do ano seguinte. O valor total do desconto, no entanto, não pode ultrapassar teto correspondente ao salário mínimo. Essa restrição cairá caso as alterações agora aprovadas sejam incorporadas à legislação.

No Senado, o projeto passará pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

A proposta, que foi relatada com indicação favorável pelo



Ana Rita e Cristovam debatem projeto que beneficia patrões e empregados

senador Paulo Bauer (PSDB-SC), previa inicialmente condição mais flexível para que os empregadores se beneficiassem do desconto em dobro: era suficiente que o trabalhador doméstico frequentasse a escola. A previsão adicional da dispensa de parte da jornada foi incluída depois de questionamentos da senadora Ana Rita (PT-ES), por meio de emenda sugerida pelo próprio autor.

Ana Rita elogiou a iniciativa de Cristovam Buarque. No entanto, lamentou que não se trate de um estímulo direto aos

trabalhadores:

– Na verdade, quem está se beneficiando é o empregador, já que o estímulo para que as trabalhadoras e trabalhadores domésticos frequentem escola remete a direito que eles já têm, assegurado pela Constituição.

Cristovam respondeu que o direito constitucional não vem sendo aplicado. O desconto seria um incentivo. Ele argumentou que o aumento da escolaridade dos domésticos pode favorecê-los com melhores possibilidades de inserção profissional.

Incentivo fiscal ao bilhete único permite passagens mais baratas

Passagens podem ficar mais baratas devido a redução de impostos no transporte integrado – o bilhete único. Foi aprovado ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) projeto de lei da Câmara (PLC 310/09) que institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros.

O relator, Eduardo Amorim (PSC-SE), concordou com a concessão de benefícios fiscais para ônibus, micro-ônibus, metrô, trem metropolitano e trólebus. As Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos – esta em decisão terminativa – ainda vão se manifestar.

A idéia é reduzir a zero, entre outras, as contribuições para o PIS/Pasep e para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre o faturamento dos serviços e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide/combustíveis) na aquisição de óleo diesel.

A adesão dependeria da assinatura de convênio entre empresas, governos municipais e estaduais e o Ministério das Cidades, garantindo redução ou isenção de ISS, taxas e ICMS. Um desconto mínimo de 75% nas tarifas de energia elétrica dos serviços seria compensado por aumento das tarifas dos demais consumidores.

Jucá comemora sanção de lei sobre profissão de taxista



Moneira Mariz/Senado Federal

Romero Jucá (PMDB-RR) comemorou a sanção, pela presidente Dilma Rousseff, da Lei 12.468/11, que regulamenta a profissão de taxista.

Para o senador, a nova lei faz justiça à categoria ao definir seus direitos e responsabilidades. Também trata de outras questões trabalhistas e previdenciárias relativas à profissão.

Jucá pediu apoio para que o teor da norma seja bem divulgado e lembrou que a proposta foi aprovada por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS).

Vanessa divulga o projeto Jovem Senador

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) divulgou o projeto Jovem Senador que, junto com o concurso de redação, integra o programa Senado Jovem Brasileiro.

A senadora disse que o concurso de redação, em sua quarta edição, está com inscrições abertas e é dirigido a estudantes do 2º e 3º anos do ensino médio de escolas públicas, entre 16 e 19 anos.

O tema é: “O Brasil que a gente quer é a gente que faz”. Os 27 vencedores, um por estado, terão oportunidade de atuar como senadores e de vivenciar o processo legislativo, destacou.

Ciro Nogueira cita sucesso de colégios no Enem

Ciro Nogueira (PP-PI) comemorou os resultados das duas escolas piauienses que ficaram entre as dez melhores médias do Brasil no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O Instituto Dom Barreto foi o segundo colocado; o Educandário Santa Maria Gorette, o sétimo. As duas instituições são privadas, mas oferecem bolsas de estudo para pessoas com baixa renda, frisou o senador. Ele próprio estudou no Dom Barreto. O Piauí ficou com a quarta pior média das escolas públicas.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Diretor do Dnit afirmou que é fundamental a participação dos militares em obras de infraestrutura distantes das grandes cidades. Mozarildo cobrou verbas para as obras

Luiz Alves/Senado Federal



Ao lado de Mozarildo Cavalcanti (D), o diretor do Dnit, Tarcísio Freitas, fala à Subcomissão da Amazônia

Governo quer que Exército abra estradas na fronteira

O GOVERNO QUER fazer um “emprego maciço” do Exército na construção e na manutenção de estradas nas áreas da Amazônia próximas aos países vizinhos. A intenção foi anunciada pelo diretor executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Tarcísio Gomes de Freitas, ontem, em audiência pública da Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

O diretor disse que, perto das grandes cidades, evita-se usar a engenharia do Exército em obras públicas porque podem ser realizadas por empresas privadas. Mas lembrou que há situações em que o auxílio dos militares faz sentido. Esse seria o caso de uma rodovia que

liga São Gabriel da Cachoeira a Cucuí, no Amazonas, na fronteira com Venezuela e Colômbia:

– A participação do Exército nessas regiões é fundamental porque, ao mesmo tempo, faz-se presente na fronteira e adentra-se em atividades de combate ao realizar essas obras.

O presidente da subcomissão, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), concordou com o uso do Exército, mas fez uma ressalva:

– Esses batalhões não funcionarão sem recursos humanos e financeiros. É preciso lembrar que o programa Calha Norte só existe porque destinamos recursos a ele por meio de emendas parlamentares.

O diretor do Dnit citou a construção de novas pontes ligando

o Brasil a países vizinhos. Uma delas – sobre o rio Tacutu, entre Roraima e a Guiana – foi finalizada recentemente. Segundo ele, está “praticamente concluída” a ponte que liga o Amapá à Guiana Francesa. E estão previstas uma segunda ponte para o Paraguai e outra para o Uruguai.

Ferrovia

Freitas recordou o crescimento da China no comércio exterior brasileiro. Por isso, considerou “natural que o Brasil tenha que se voltar para o Pacífico”. Uma das futuras soluções para essa demanda, informou, é a Ferrovia Transcontinental, que ligaria o litoral norte do Rio de Janeiro a Cruzeiro do Sul (AC), na fronteira com o Peru.

Debate sobre financiamento ao pequeno produtor

A Subcomissão Permanente da Amazônia fará audiência pública para debater os financiamentos do Banco da Amazônia aos pequenos produtores.

O debate atende a requerimento de Vicentinho Alves (PR-TO). Ele observou que o Banco da Amazônia tem deixando de aplicar mais de R\$ 600 milhões que deveriam ser destinados aos pequenos agricultores locais.

A presidente da subcomissão, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), conseguiu aprovação para ouvir, em outra audiência pública, o presidente da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Djalma Bezerra, sobre o que a instituição tem feito pelo desenvolvimento da região. Uma terceira audiência aprovada pretende debater o acesso de estrangeiros às terras da Amazônia.

Pedro França/Senado Federal



Vanessa Grazziotin e Vicentinho Alves durante reunião que aprovou debate

Subcomissão da Amazônia vai debater violência no campo

Os trabalhos da comissão externa do Senado que visitou os locais onde ocorreram assassinatos de trabalhadores rurais no Pará e em Rondônia serão debatidos em audiência pública na Subcomissão Permanente da Amazônia, vinculada à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Ontem, a subcomissão aprovou requerimento para a realização de reunião conjunta com

a Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira, ligada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Para o debate, serão convidados representantes dos movimentos rurais e dos governos dos estados do Pará, do Amazonas e de Rondônia, além do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, da Comissão Pastoral da Terra e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Divisão do Pará recebe apoio de Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu em Plenário a redivisão do estado do Pará, motivo de plebiscito a ser realizado em dezembro. O parlamentar disse

que outros desmembramentos territoriais no país foram bem-sucedidos, uma vez que “espaços menores para governar levam o poder público para perto do cidadão, trazendo

Requião assume presidência da Representação no Parlasul

Com “paixão sul-americana”, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) assumiu ontem o cargo de presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul). Após ser eleito com 15 votos, ele defendeu a busca de maior união entre os integrantes do bloco, num momento de crise econômica internacional, durante a qual, como recordou, existe o risco de avanço de políticas protecionistas dentro de cada país.

– O Parlasul pode ser o grande espaço de discussão e de acordo, para que não entremos em um conflito comercial desnecessário durante a crise – afirmou o senador, para quem o bloco deve ser construído com uma visão de solidariedade e de cidadania sul-americana.

Além de Requião, concorreram ao cargo a senadora Ana Amélia (PP-RS), que obteve 10 votos, e o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que conquistou cinco. Por acordo, Ana Amélia foi designada para o cargo de segunda vice-presidente, enquanto o deputado Mendes Thame (PSDB-SP) foi escolhido

para ocupar a primeira vice-presidência.

Também por consenso foi indicado o deputado Dr. Rosinha (PT-PR) para o cargo de vice-presidente brasileiro do Parlasul. Ele integrará a Mesa juntamente com o atual presidente do Parlamento, o paraguaio Mendoza Unzain, e os vice-presidentes indicados por Argentina e Uruguai.

Regimento

Segundo Dr. Rosinha, a primeira sessão deste ano do Parlasul ainda depende de entendimento com os demais países do bloco sobre uma possível reforma do regimento interno. Isso porque a bancada uruguaia só aceitaria dar posse aos parlamentares brasileiros depois de uma mudança nas regras de votação, que garantisse maior proteção aos interesses dos países com bancadas menores: Paraguai e Uruguai.

A partir deste ano, o Brasil passará a ser representado por 37 parlamentares, enquanto a Argentina passará a ter 26. Paraguai e Uruguai manterão suas bancadas atuais de 18 parlamentares cada.



Roberto Requião quer evitar conflitos comerciais entre países do Mercosul

Senado aprova textos de quatro acordos internacionais

O Senado aprovou ontem quatro acordos internacionais sobre educação, desenvolvimento socioeconômico, defesa e auxílio judiciário em matéria penal. Os projetos de decreto legislativo (PDLs) tinham pareceres favoráveis dos seus relatores e foram aprovados em votação simbólica.

O PDL 634/10 aprova acordo de cooperação entre Brasil e Botsuana, celebrado em junho de 2009 para educação avançada, formação de professores e intercâmbio de experiências.

O PDL 648/10 trata da Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal, celebrada em 2005 entre Angola, Moçambique, Brasil, Portugal, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Timor Leste, membros

da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O objetivo é comunicação de informações e atos processuais sobre perda, apreensão, congelamento ou recuperação de bens, objetos e produtos de crime.

Cooperação técnica é o objeto do PDL 137/11. Celebrado entre Brasil e Malawi em setembro de 2009, o acordo visa estimular o desenvolvimento socioeconômico sustentável e o progresso técnico.

Já o PDL 139/11 foi celebrado entre Brasil e Moçambique em 2009 e trata de cooperação em pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de defesa, além de partilhar conhecimentos e promover ações conjuntas de treinamento militar.

Lina de Paula/Senado Federal

Lia de Paulo/Senado Federal



Projeto sobre a água passou ontem na CDR, que é presidida por Benedito de Lira

Aprovada proposta de economia e reaproveitamento da água

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem, em turno suplementar, projeto que incentiva a economia e o reaproveitamento de água e a conservação dos recursos hídricos. De autoria de Marcelo Crivella (PRB-RJ), a proposta foi aprovada em decisão terminativa, na forma do substitutivo do relator, Paulo Paim (PT-RS), e segue para a Câmara dos Deputados.

O objetivo do projeto (PLS 411/07) é viabilizar a implantação de mecanismos de reaproveitamento das águas pluviais e de reciclagem das águas servidas em edificações públicas e privadas.

Embora 12% da água doce disponível no mundo esteja no Brasil, Crivella lembra que a oferta não é uniforme no país. Não é incomum, acrescenta, a falta de água nas grandes cidades, pela conjugação de fatores como consumo intensivo e baixa disponibilidade.

A proposição altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) para

estabelecer a adoção de normas de utilização de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais e de reciclagem de águas servidas nas edificações. Também determina que a construção de edifícios de uso coletivo somente poderá contar com recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) se houver previsão de reaproveitamento hídrico.

De acordo com a proposta, as edificações existentes terão prazo de 360 dias – contados a partir da vigência da lei – para se adaptar. No caso de impossibilidade técnica de implementação de sistemas de reaproveitamento, os edifícios deverão adotar, no mesmo prazo, medidas de compensação, como metas de redução de consumo.

Para Crivella, o aumento de demanda por água tratada e o crescimento populacional poderão levar regiões do país a situações frequentes de “estresse hídrico”. Por isso, destaca a importância de redução, reúso e reciclagem da água.

Waldemir Barreto/Senado Federal



Senador informa que serão atendidos municípios em situação de emergência

Humberto Costa anuncia socorro a Santa Catarina

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), comunicou a liberação de recursos emergenciais para o estado de Santa Catarina. A Secretaria Nacional de Defesa Civil reconheceu a situação de emergência em 86 municípios, incluindo a capital, Florianópolis.

Com a decretação do estado de emergência, as prefeituras poderão atender mais rapidamente à população, sem a necessidade de realizar licitações, explicou. Além disso, mais de 8 mil cestas básicas foram liberadas pelo governo federal e mais de R\$ 30 milhões foram empenhados para a reconstrução das cidades.

Para evitar tragédias semelhantes, o senador defendeu a aprovação do PLS 23/11, de Lindbergh Farias (PT-RJ), que torna obrigatório o plano diretor de municípios com áreas de risco.

Waldemir Barreto/Senado Federal



Casildo Maldaner lembra estragos provocados pela chuva em SC

Casildo cobra mais prevenção à tragédia das chuvas

Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu que se tomem ações para evitar tragédias decorrentes da chuva como as que têm ocorrido em Santa Catarina. Ele elogiou os governos federal e catarinense, por terem colocado o interesse público acima das diferenças partidárias para tratar a questão. Porém, afirmou que a ajuda após os desastres não é suficiente.

– Por maiores que sejam a boa vontade e o interesse em auxiliar, isso não basta. Precisamos mudar o paradigma das políticas de defesa civil. Temos que prevenir para não remediar – afirmou o senador, ao comentar os R\$ 30 milhões liberados pelo Ministério da Integração Nacional para as áreas afetadas.

Promotora de São Paulo e subprocurador-geral da República criticam o texto em trâmite no Senado alegando que ele fere o direito ao meio ambiente equilibrado

Para o MP, projeto de Código Florestal fere a Constituição

A PROMOTORA DE Justiça do Ministério Público de São Paulo Cristina Godoy Freitas e o subprocurador-geral da República Mário José Gisi afirmaram ontem que o projeto do novo Código Florestal (PLC 30/11) fere o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, garantido pela Constituição. Eles participaram de audiência conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Meio Ambiente (CMA), de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Agricultura (CRA).

– O legislador constituinte fez opção expressa de defesa do meio ambiente. É uma cláusula pétrea, não pode ser modificada – explicou Cristina Godoy.

Para a promotora, o projeto fere a Constituição ao prever

regularização das atividades agropecuárias em áreas de preservação permanente (APPs) consolidadas até julho de 2008. O subprocurador concordou, classificando a norma como “uma afronta à sociedade brasileira”.

– Se formos admitir a figura da área rural consolidada, que seja pelo menos até a edição da Lei 7.803/89, que ampliou as APPs – opinou Gisi. Ele ainda defendeu a adoção de normas para ajudar a reverter a destruição de áreas montanhosas.

Outra preocupação dos representantes do Ministério Público diz respeito às mudanças nas faixas de mata ao longo dos rios. No código em vigor, a APP é definida a partir do leito maior do rio. Já o projeto determina que a mata seja medida a partir

da calha regular do rio.

– Com isso, várzeas ficarão desprotegidas, e cursos d’água terão suas APPs diminuídas – disse a promotora.

O subprocurador também ponderou que a nova legislação deve respeitar compromissos internacionais assinados pelo Brasil, como o Pacto de São José da Costa Rica e o Protocolo de São Salvador, que determinam a progressiva melhoria da qualidade ambiental. Gisi citou ainda a Convenção Internacional de Combate à Desertificação e considerou que o projeto falha ao não prever obrigação de recuperação de áreas degradadas. Para ele, o projeto possibilita o avanço do desmatamento, colocando o Brasil na contramão da preocupação mundial de proteção aos recursos ambientais.



Nelson Jobim, Cristina Godoy, Herman Benjamin, Acir Gurgacz, Eunício Oliveira, Rodrigo Rollemberg, Paulo Machado e Mário Gisi

Perdão para quem já desmatou é polêmico

A audiência também debateu a possibilidade de o projeto induzir à anistia daqueles que desmataram irregularmente áreas protegidas. Para Kátia Abreu (DEM-TO), o projeto prevê regras para regularização de áreas desmatadas, sem anistiar os responsáveis. Mas a promotora Cristina Godoy alertou que, mesmo que não seja essa a intenção, o texto está sendo visto como anistia por aqueles que vão tratá-lo.

Para o especialista em Direito Ambiental Brasileiro e professor Paulo Affonso Leme Machado, o texto leva à interpretação de anistia, mesmo “sem utilizar esse nome”. Na opinião dele, o perdão “admissível” é o que leva a alguma reparação da falta. O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin entende que “não se quer anistia, mas isso precisa ficar mais claro no texto legal”. “O projeto poderia melhor trabalhar as responsabilidades dos que desmataram de forma irregular, sem receios”, diz.

Incentivos à proteção dos recursos naturais

A previsão, no novo Código Florestal, de mecanismos de incentivo para a recuperação de áreas protegidas foi outro aspecto bastante discutido na audiência. A adoção de tais mecanismos, ao lado das medidas de comando e controle, foi defendida por Eduardo Braga (PMDB-AM), que sugeriu medidas como redução de taxas de juros de programas de crédito e compensações tributárias para aqueles que protegem os recursos naturais.

Em resposta a Ana Amélia (PP-RS) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Herman Benjamin, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), lembrou que tramitam no Congresso diversos projetos sobre o tema. Para ele, esgotar o assunto no Código Florestal deixaria de fora outras possibilidades constantes nos projetos. O ministro sugere que o assunto esteja previsto no novo código, mas com a possibilidade de regulação em lei específica.

Estados têm competência concorrente sobre o tema

Uma das controvérsias que cercam o projeto de novo Código Florestal refere-se aos limites da União e dos estados para legislar sobre o assunto.

O especialista em Direito Ambiental Paulo Affonso Leme Machado afirma que não pode haver conflito entre as normas fixadas pela União e as formuladas pelos estados. Professor da Universidade Metodista de Piracicaba, Machado lembrou que a reforma do Código Florestal se insere no âmbito das

“competências concorrentes”.

Já o ministro do STJ Herman Benjamin disse que o novo código deve fixar exigências mínimas, funcionando como “norma-piso”, e estados e municípios podem ampliar, mas não reduzir, tais exigências. O jurista Nelson Jobim acrescentou que o Judiciário acabará sendo acionado para disputas quanto à legislação, se a uniformidade legal for prejudicada por “ambiguidades” ou “formas indiretas de delega-

ção de poderes” presentes no novo código.

As regras para as áreas de preservação permanente (APPs) são um exemplo dessa discussão. Em seu relatório sobre a matéria, Luiz Henrique (PMDB-SC) permite que os governadores definam situações em que a vegetação das APPs possa ser suprimida – atualmente, essa é uma prerrogativa exclusiva da União. Entre os que criticam tal proposta, está Lindbergh Farias (PT-RJ).

Oitavo número da revista produzida pelo **Jornal do Senado** tem lançamento às 10h30 na Subcomissão sobre Dependentes Químicos, ligada à Comissão de Assuntos Sociais

Em discussão! sobre drogas será lançada hoje no Senado

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) e a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas promovem hoje, às 10h30, o lançamento da revista *Em discussão!*. Em sua 8ª edição, a revista traz, além dos debates da subcomissão sobre a dependência química no Brasil, um diagnóstico do problema.

– A revista apresenta matérias que vão além da cobertura que o Senado faz nos seus demais veículos de comunicação. Mostra o que está acontecendo no Brasil de forma atualizada e é um instrumento importante para a formação de ideias e propostas sobre esse assunto – disse o presidente da subcomissão, Wellington Dias (PT-PI).

O lançamento será comandado pelo presidente da CAS, Jayme Campos (DEM-MT). O diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs), Fernando Cesar Mesquita, apresentará a revista aos membros da comissão.

– A revista trata dessa questão da dependência química de



Estima-se que a dependência química já atinge cerca de 10% da população

maneira abrangente. Acho que dá uma visão muito clara de todo o trabalho na subcomissão – assinalou Ana Amélia (PP-RS), vice-presidente do colegiado.

Segundo Wellington Dias, o objetivo da subcomissão é convencer a Presidência da República a promover uma conferência nacional visando a uma política integrada de combate ao problema.

O parlamentar também sugere que a Secretaria Nacional de Políticas sobre as Drogas (Senad) saia do Ministério da Justiça

e seja transformada em uma secretaria especial, com *status* de ministério.

– Estamos falando de um problema que atinge cerca de 10% da população – avaliou o senador, que cita a necessidade de um fundo com receitas para lidar com o problema.

Para fazer um melhor diagnóstico e conhecer experiências de êxito, a subcomissão visitou vários estados, como Piauí, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul e promoveu audiências públicas.



Ministra e cinco ex-ministros dos Direitos Humanos entregam carta a José Sarney

Maria do Rosário quer apoio do Senado à Comissão da Verdade

A ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, pediu o apoio do Senado à criação da Comissão da Verdade.

Em visita ao presidente da Casa, José Sarney, ela disse que o objetivo do colegiado seria investigar as violações contra os direitos humanos ocorridas durante o regime militar (1964-1985). O projeto que trata do tema está na Câmara dos Deputados (PL 7.376/10), e a ministra espera que ele seja aprovado pelo Congresso ainda este ano.

Maria do Rosário estava acompanhada de cinco ex-ministros da pasta: José Gregori, Gilberto Saboia, Paulo Sérgio Pinheiro, Nilmário Miranda e Paulo

Vannuchi. Eles entregaram a uma carta aberta em que dizem que “o direito à memória e à verdade é uma conquista que podemos legar ao nosso povo”.

Gregori disse que a democracia é um processo e a Comissão da Verdade pode fazer avançar a consciência política no Brasil.

– A comissão não quer reabrir feridas, mas tem a obrigação de mostrar os erros do passado, para não serem repetidos – disse.

Sarney prometeu apoio à comissão e disse que o projeto não deve encontrar dificuldades para ser aprovado no Senado. Segundo Maria do Rosário, a proposta é uma bandeira democrática que não pertence ao governo, mas ao Brasil.

Dilma sanciona regulamentação do mercado de TV por assinatura

O mercado de televisão por assinatura tem uma nova regulamentação. A presidente Dilma Rousseff sancionou na segunda-feira a Lei 12.485/11, originada do PLC 116/10.

Apesar de dois vetos parciais, foram mantidos os dispositivos que motivaram protestos de representantes de TVs comunitárias, como o

que prevê a possibilidade de a operadora alegar inviabilidade técnica ou econômica para tirar do ar canais públicos.

Antes, a regulamentação era feita com base na tecnologia de distribuição (por cabo, via satélite, micro-ondas). Com a inclusão das empresas de telefonia, poderão ser oferecidos pacotes convergentes.



Senador diz que Ministério da Saúde cortou taxa de pacientes com direito ao medicamento

Cícero lamenta restrições a remédio para leucemia

Cícero Lucena (PSDB-PB) fez ontem um apelo ao governo para o fornecimento de remédios a pacientes com leucemia mieloide crônica. Segundo o senador, o Ministério da Saúde decidiu limitar a 15% a taxa de pacientes com direito a drogas mais caras para tratar a doença.

Segundo Cícero, as drogas mais caras, ou de segunda linha, são necessárias quando o paciente não responde às drogas comuns.

– A quantidade de hospitais que fazem esse tratamento não é tão grande que não se possa fazer uma fiscalização acompanhando essa necessidade. É bem melhor do que simplesmente tratar as pessoas como se fossem apenas um índice na estatística da doença no nosso país – protestou o senador.



Paulo Davim sugere que doações para área da saúde sejam deduzidas do IR

Davim propõe financiar saúde com doações

Paulo Davim (PV-RN) apresentou projeto de lei que altera a legislação tributária federal para permitir a dedução do Imposto de Renda de doações feitas a ações e programas da rede pública de saúde. A intenção do senador é oferecer mais uma fonte de recursos para o atendimento da saúde pelo Estado, a partir do estímulo à doação por parte de pessoas físicas e jurídicas. Davim, que é médico, lembrou que a doação para a saúde é prática rotineira em vários países do mundo.

– Em tempos em que a população envelhece rapidamente, ampliando e diversificando as necessidades de serviços de saúde, mais recursos fazem-se necessários para dar atendimento a esta demanda aumentada – explicou.

Em carta, Suplicy pede que Folha de S.Paulo corrija informação

Eduardo Suplicy (PT-SP) enviou carta ao jornal *Folha de S.Paulo* em que corrige declaração atribuída a ele a respeito do atentado terrorista de 11 de setembro de 2001. De acordo com texto do jornal, o senador afirmava não se lembrar do episódio. Suplicy negou ter dado a declaração e afirmou “ter ficado extremamente impressionado tanto com a tragédia do 11 de setembro, quanto com a morte do prefeito de Campinas, Toninho do PT”, ocorrida na noite

anterior. A declaração correta, disse o senador, foi divulgada no próprio site do jornal, no dia 2 de setembro.

O parlamentar lembrou ainda que no dia 12 de setembro de 2001 pronunciou discurso em sessão do Congresso Nacional repudiando os atos de terror perpetrados contra o povo norte-americano. O jornal publicou ontem, no Painel do Leitor, a carta encaminhada pelo senador e anunciada em Plenário na última terça-feira.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
 Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Vanessa Grazziotin • Ana Amélia • Paulo Paim • Geovani Borges

* Licenciado

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – **E-mail:** jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Mercadante pede manutenção de veto à partilha de royalties

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, fez um apelo pela manutenção do veto do ex-presidente Lula à lei que estabelece a forma de partilha dos royalties do petróleo (Lei 12.351/10). Caso o veto seja derrubado pelo Congresso, a pasta deixará de receber recursos do pré-sal, perdendo R\$ 900 milhões em seu orçamento deste ano, informou.

Mercadante é favorável à transformação de 30% dos royalties em uma "poupança estratégica" para o país, com destinação para as áreas de educação e ciência e tecnologia. A ideia tem o apoio de Cristovam Buarque (PDT-DF) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

– É preciso preservar os estados produtores de petróleo, mas usar esses recursos para dar um salto estratégico, gerando uma economia sustentável e competitiva – reivindicou o ministro.

Acrescentou que, em breve, os royalties não existirão e "teremos que apostar cada vez mais em energia renovável. Estamos gastando recursos que gerações futuras não terão mais".

Sobre inclusão digital, Mercadante defendeu a aprovação de projeto (PL 1.481/07) de sua autoria, que estabelece a aplicação de 75% dos recursos do Fust para equipar as escolas com redes digitais e tecnologia da informação. Já aprovada no Senado, a proposta está na Câmara.

Ministro detalha medidas tomadas pelo governo para fortalecer a indústria nacional e qualificar mão de obra para o setor de tecnologias de informação e comunicação



Ministro Aloizio Mercadante (E) e o vice-presidente da CAE, Lobão Filho: investimento em fábrica de games em Manaus

iPad será fabricado no Brasil a partir de dezembro

A FÁBRICA DA Foxconn em Jundiaí (SP) está pronta para ser inaugurada e entregará os primeiros tablets iPad, da Apple, até dezembro. O anúncio foi feito ontem pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A empresa já produz aparelhos iPod.

– No início, muitos duvidaram, mas será a primeira vez que a empresa produzirá iPads fora do território chinês. Estamos dando um grande passo para a inclusão digital no país – afirmou.

Mercadante informou ainda que o governo federal anunciará nos próximos dias o investimento em uma grande fábrica de games na Zona Franca de Manaus.

– A indústria de games tem faturamento maior e emprega cinco vezes mais que a de hardware, por exemplo. É uma fábrica de ponta que abrirá um mercado promissor para o Brasil – resumi, sem revelar o nome da empresa e mais detalhes do negócio.

A aposta em tecnologia e inovação é uma das metas previstas no plano Brasil Maior, detalhada pelo ministro aos senadores da comissão. Para ele, o país terá que investir nessas áreas se não quiser ser um mero exportador de commodities, como a soja e o suco de laranja.

Segundo números apresentados pelo ministro, o déficit comercial brasileiro no setor de tecnologias da informação e comunicação foi de R\$ 18,9 milhões em 2010. Para reverter o quadro, Mercadante anunciou medidas para fortalecer

a indústria nacional e a cadeia produtiva, como a ampliação de linhas de financiamento do BNDES e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o investimento no Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), empresa pública especializada na produção de chips, com sede em Porto Alegre.

Mão de obra

Mercadante admitiu, no entanto, que há desafios a serem enfrentados, entre eles a qualificação da mão de obra. Um dos entraves para o desenvolvimento do país é a falta de engenheiros.

O número de jovens formados com graduação no Brasil subiu de 324,7 mil, em 2000, para 800,3 mil em 2009, mas o número de formandos em Engenharia não cresceu no mesmo ritmo, passando de 22,8 mil para 47 mil. Nesses nove anos, a participação das engenharias no universo de cursos superiores caiu de 7% para 5,9%.

Na tentativa de melhorar a qualificação da mão de obra nacional, o ministro apresentou aos senadores as ações do programa Ciência Sem Fronteiras, que, entre outras iniciativas, prevê o aumento das bolsas de pós-graduação no exterior.

– Temos condições de atrair profissionais de ponta e pesquisadores, inclusive estrangeiros. Além disso, estamos executando na Justiça R\$ 30 milhões pagos a estudantes que foram para o exterior, mas não concluíram o curso ou simplesmente não retornaram ao Brasil. É dinheiro público e precisa ser controlado – afirmou.



Sarney (D) recebe o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski (2º da dir. para a esq.)

Sarney reafirma data limite de 5 de outubro para exame do veto

Após reunir-se ontem com o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, o presidente do Senado, José Sarney, reafirmou que o prazo final para a votação do veto à divisão dos royalties da exploração do petróleo é dia 5 de outubro.

– Esperamos que até lá encontremos uma solução que atenda o governo e, ao mesmo tempo, os prefeitos – disse.

Os prefeitos pressionaram os parlamentares a marcar para hoje a sessão que poderá derrubar o veto do ex-presidente Lula à chamada Emenda Ibsen, que determina a repartição dos lucros da exploração de petróleo,

incluindo a nova área do pré-sal, entre todos os estados, produtores ou não.

Para Sarney, a negociação sobre os recursos do petróleo "tem que ser feita com os governadores, com os prefeitos e com o governo federal".

Segundo Ziulkoski, os prefeitos defendem o PLS 448/11, de Wellington Dias (PT-PI), que trata do tema.

– É importante haver uma data de definição para apreciar o veto do pré-sal – disse o presidente da CNM, que participou da reunião com José Sarney acompanhado de Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Wellington Dias.

Prefeitos fazem reivindicações a senadores

Cerca de 1.500 prefeitos de todo o país estão em Brasília para exigir dos senadores a regulamentação da Emenda 29, que estabelece investimentos em saúde, e a derrubada do veto à lei sobre distribuição dos royalties do petróleo.

A Mobilização Municipalista Nacional, promovida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), também reivindica a derrubada do Veto 23/09, que se refere ao Projeto de Lei de Conversão (PLV) 10/09. Entre os pontos vetados, está o que permitiria compensação de créditos e débitos previdenciários.

– De acordo com o presidente do Senado, José Sarney, até o dia 15 [amanhã] deverá ser encontrada uma solução para o impasse do pré-sal – disse o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

Wellington quer uso de recursos na educação

Ao comentar os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Wellington Dias (PT-PI) defendeu que se aplique em educação parte dos recursos gerados pela exploração do petróleo, inclusive o da camada pré-sal. Segundo ele, a aplicação de 50% do Fundo Social e de 40% do que vai para estados e municípios refletiria em uma grande mudança.

Segundo o senador, os resultados do Enem comprovam que ainda há uma grande diferença na qualidade do ensino entre as escolas públicas e particulares. Ele comemorou o destaque de algumas escolas piauienses, que ficaram entre as melhores, como o Instituto Dom Barreto, em Teresina, a segunda melhor nota.

Avanços

Dados apresentados pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 13º lugar** posição do Brasil no ranking mundial de produção científica
- 50,2 mil** número de mestres e doutores formados no país em 2009, dez vezes mais que em 1987
- 800 mil** número de alunos que concluíram o curso de graduação em 2009. Em 2000, foram 324 mil
- 9.790** número de bolsas de doutorado (quatro anos) a serem concedidas pelo Programa Ciência Sem Fronteiras
- R\$ 400 mi** investimento no Ceitec, empresa pública especializada no desenvolvimento e produção de circuitos integrados (chips)
- US\$ 7,6 bi** investimento brasileiro em energia limpa ao longo de 2010

MP dos tablets chega ao Senado e tranca pauta

O projeto de lei de conversão (PLV 23/11) decorrente da Medida Provisória 534/11, que reduz a cobrança de tributos para produção de tablets no Brasil foi lido ontem em Plenário.

Aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 6, o projeto reduz a zero o PIS e a Cofins incidentes sobre a

venda de tablets produzidos no país.

O governo estima que a medida – somada à anunciada redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação – resultará em queda de até 31% no preço do produto, incentivando assim o consumo e a produção nacional.

O presidente do Senado, José Sarney, que fez a leitura da MP 534/11, anunciou Eduardo Braga (PMDB-AM) como relator-revisor da matéria. A medida provisória, que passa a trancar a pauta do Plenário junto com a MP 533/11, deve ser votada até o dia 2 de outubro para que não perca a validade.

Plenário do Congresso Nacional votará projeto que concede crédito suplementar a ministério; aprovada essa verba extra, será beneficiado, entre outros, programa de enfrentamento da violência sexual contra menores de idade

Comissão de Orçamento aprova mais R\$ 45 mi para Desenvolvimento Social



A comissão adiou para amanhã a votação de outros três créditos adicionais

A COMISSÃO MISTA de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) aprovou ontem projeto de crédito suplementar no valor de R\$ 44,8 milhões em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (PL 13/2011). A proposta agora será encaminhada para votação em Plenário.

Do total, R\$ 14 milhões serão aplicados em contratos administrativos da área de tecnologia da informação, bem como na aquisição de equipamentos para cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

A parcela remanescente de R\$ 30,8 milhões será destinada ao Fundo Nacional de Assistência Social, para dar continuidade aos programas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, além de adequar dotações para serviços de proteção a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; de proteção social

especial a indivíduos e famílias; e de proteção social especial.

A CMO também aprovou relatório da prestação de contas do Tribunal de Contas da União (TCU) relativo ao exercício de 2010. Não houve acordo para votação de outras propostas. A comissão voltará a se reunir em caráter ordinário dia 20.

A votação de três projetos de lei que abrem créditos adicionais ao Orçamento da União foi adiada para amanhã, por falta de acordo entre os líderes. A pauta inclui o PLN 3/11, que abre crédito suplementar de R\$ 999,1 milhões para os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o PLN 6/11, que autoriza crédito especial de R\$ 88,3 milhões para o Ministério da Educação; e o PLN 10/11, com crédito suplementar de R\$ 38 milhões para as Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, além do Ministério Público.

Seminário discute gargalos da agropecuária

O presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, Waldemir Moka (PMDB-MS), anunciou que a entidade



Waldemir Moka

fará seu terceiro seminário no dia 28 de setembro, no Auditório Petrônio Portella, do Senado. O evento, informou, tratará dos desafios e das perspectivas da agropecuária frente aos Poderes Legislativo e Executivo.

O seminário terá palestras sobre o projeto do novo Código Florestal; o endividamento do setor agropecuário brasileiro; e a aquisição de terras brasileiras por estrangeiros. O senador convidou todos os colegas a participarem do seminário e também da frente.

Ana Amélia cobra medidas para microempresas

O empresário da região da Serra Gaúcha reclamado que as políticas públicas de apoio ao setor industrial não atendem as micro e pequenas empresas, disse Ana Amélia (PP-RS). De acordo com a senadora, há ainda preocupação com o processo de desindustrialização do Brasil.



Ana Amélia

– As políticas adotadas para enfrentar as duas últimas crises econômicas mundiais, por meio do incentivo à concessão de crédito, estimularam o consumo, mas não a produção. O resultado foi a criação de um ambiente propício ao consumo de importados – disse.

Ministra do Planejamento fala ao Congresso sobre crise internacional

A audiência pública com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, hoje na Comissão Mista de Orçamento (CMO), será o momento oportuno para aprofundar o debate sobre o projeto orçamentário de 2012 e os reflexos da presente crise internacional no Brasil, avaliou o líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE).

“O Brasil não é uma ilha” e, portanto, a crise nas economias avançadas como os Estados Unidos e países da União Europeia pode interferir nele e nos demais países em desenvolvimento, como China, Rússia, África do Sul, Índia e outras nações que têm um “processo diferenciado” para enfrentar

a crise internacional, afirmou o líder governista. Para Pimentel, a atual crise financeira é uma continuidade da de 2008, originária do endividamento do sistema financeiro dos Estados Unidos e de países europeus. Essa dívida, que era privada, transformou-se em soberana e agora expõe o alto índice de endividamento das nações avançadas, disse.

O senador lembrou que a Grécia está em situação pré-falir e que as dívidas públicas de Espanha, Itália e Portugal já ultrapassam o produto interno bruto (PIB), enquanto a dívida pública dos Estados Unidos deverá chegar a 100% do PIB.

Sobre o impacto dos temas da atual agenda política – como

a criação de uma contribuição para financiar a saúde e ações de combate à corrupção – na tramitação do Orçamento, Pimentel disse que a guerra à corrupção faz parte da atividade permanente do Estado democrático de direito.

De 2003 para cá, afirmou, houve fortalecimento dos órgãos de Estado e da estrutura da Justiça Federal, onde tramitam os processos de corrupção, com a criação de 430 varas federais, algumas já em funcionamento e outras na programação do Judiciário. Cada vara é contemplada com dois juizes, um titular e um substituto, e dois procuradores da República, explicou. O senador citou ainda a



Segundo Pimentel, Miriam Belchior também tratará do Orçamento 2012

criação da Controladoria Geral da União (CGU) e o aumento dos quadros da Polícia Federal, que desde 2003 já realizou mais de 16 mil prisões.

Jarbas questiona painel de presença aberto por 5 dias



Jarbas Vasconcelos

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) dirigiu questão de ordem à Mesa do Senado sobre o painel de presença do Congresso ficar aberto de

1º a 6 de setembro. Ele explicou que após a solicitação de um líder para a manutenção do registro de frequência para a sessão seguinte, o presidente deve submetê-la a deliberação.

O presidente do Senado, José Sarney, disse que não presidiu a sessão do Congresso em questão, mas que ela não foi encerrada, e sim suspensa. Acrescentou que, ao inteirar-se do fato, comunicou ao presidente da Câmara, Marco Maia, o encerramento daquela sessão.

Dornelles chama superávit comercial de “expressivo”



Francisco Dornelles

Em discurso, Francisco Dornelles (PP-RJ) chamou de expressivo o superávit da balança comercial brasileira de janeiro a agosto. O senador informou que o saldo de US\$ 20 bilhões em oito meses é quase igual ao resultado de 2010.

Dornelles disse que foi resultado de exportações no valor de US\$ 167 bilhões e importações de US\$ 147 bilhões. Na comparação com o período correspondente de 2010, as exportações cresceram 31%, e as importações, 27%. Ele lamentou que as importações estejam dando espaço a produtos estrangeiros no rastro da dificuldade da indústria nacional.

Suplicy aplaude Banco Central pela redução dos juros



Eduardo Suplicy

o Banco Central aprendeu com a crise de 2008 e deu um passo importante para defender o nível de atividade econômica e os postos de trabalho.

Suplicy se colocou em posição contrária à dos economistas que criticam a atual estratégia do Banco Central para lidar com a crise internacional e recomendam maior cautela. O senador avaliou que as crises na Europa e nos EUA podem repercutir no Brasil, como na redução da importação e da exportação.

Gurgacz defende ações de Dilma contra crise externa



Acir Gurgacz

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) elogiou a presidente Dilma Rousseff pelas medidas destinadas a proteger o Brasil da crise econômica que afeta a Europa e os Estados Unidos. Como exemplo de medida acertada, ele citou o plano Brasil Maior, de incentivo à indústria nacional, por meio da desoneração da folha de pagamentos.

Gurgacz defendeu a redução de encargos trabalhistas e aplaudiu o plano de geração de empregos adotado pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. A fala do senador foi apartada por Eduardo Suplicy (PT-SP).

Lídice verifica preparação do RS para Copa 2014

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) relatou a visita que o Fórum Legislativo para a Copa 2014 fez a Porto Alegre. Ela contou que, na oportunidade, o governo do Rio Grande do Sul apresentou seu projeto para receber a competição de futebol. Informou que o estádio escolhido pela Fifa é o do Internacional e que o Grêmio também pretende reformar seu estádio.

Lídice disse que o objetivo do Rio Grande do Sul é ser a melhor sede da Copa. Ela apontou como ponto fraco o aeroporto de Porto Alegre, que é “tímido” e precisa de investimentos da Infraero.

A senadora ressaltou que, graças ao Fórum Legislativo, Câmara e Senado estão conhecendo as obras e acompanhando os avanços.